

AS VANTAGENS DA ARBITRAGEM

RICARDO SOARES STERSI DOS SANTOS

*Mestre em Direito e Professor da
Universidade Federal de Santa Catarina*

1. BREVES CONSIDERAÇÕES

A existência da vida em sociedade pelo homem fez nascer, desde os primórdios dos tempos, o surgimento dos conflitos inter-individuais, oriundos da concepção pessoal de justo e injusto, e a necessidade de solucioná-los.

Inicialmente, a Autotutela foi a forma usada para compor os conflitos surgidos entre os indivíduos.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento das sociedades, novas formas de resolver as controvérsias entre os litigantes foram criadas, entre elas a Arbitragem e a Jurisdição Estatal.

Na Arbitragem, a solução da demanda é efetuada por um terceiro, escolhido pelos litigantes.

A arbitragem foi largamente usada pelos gregos e romanos no período clássico, assim como pelos babilônios e judeus.

Na lição de Carlos Alberto Carmona:

A evolução humana acabou por convergir, lenta e gradualmente, para um consenso sobre a melhor forma de solução dos conflitos de interesses: abandonava-se a autotutela para fazer dirimir as controvérsias por um

terceiro imparcial, escolhido pelas partes, cuja decisão deveria ser acatada bona fide pelos litigantes.

Com o desenvolvimento do modelo de composição dos conflitos através da jurisdição estatal, a Arbitragem passou a ser raramente utilizada sem, contudo, desaparecer dos sistemas jurídicos.

A partir do final do século 19 e começo do século 20, o instituto voltou a ser largamente usado nos países desenvolvidos como forma de resolver conflitos de interesses, tanto no âmbito internacional como no interno.

No Brasil, país em que o instituto tem pouca tradição, a Arbitragem volta a ser objeto de grande interesse com a edição da Lei nº 9.307/96.

O tema toma diversos contornos quando trabalhado, p. ex.: com questões como o *acesso à justiça*, *crise do Judiciário*, *Direito e Globalização*, e a constatação da necessidade de mudanças no ordenamento jurídico para contemplar novas teorias sobre o processo, assim como reflexões sobre o modelo posto de solução judicial dos litígios.

Nas palavras do Ministro Sálvio de Figueiredo:

A realidade social pujante em que vivemos não se contenta mais com o modelo individualista das soluções judiciais de antanho. Desde o final do século passado, vem-se construindo um novo perfil, alicerçado na prevalência do interesse social sobre o individual. Daí exigir-se um Judiciário mais participativo e ativista, na busca de uma sociedade mais justa, humana, solidária, contando para isso com instrumentos processuais mais eficientes, a exemplo da ação civil pública, das ações coletivas, dos juizados especiais, do mandado de segurança coletivo, das ações de controle de constitucionalidade. Mecanismos hábeis e eficazes que suplementem a atividade estatal, priorizando o social. Se assim é, não há por que excluir desses mecanismos a arbitragem, em atenção aos interesses

de importantes segmentos sociais, aos quais a Justiça oficial não tem dado abrigo satisfatório.

No presente artigo, não temos a pretensão de trabalhar qualquer dessas questões mas, tão-somente, apresentar algumas vantagens do uso da Arbitragem como forma alternativa, à jurisdição estatal, de solucionar conflitos.

2. ANÁLISE DE ALGUMAS VANTAGENS DA ARBITRAGEM

Em recente obra, apontamos alguns dos fatores que levam as partes a resolver seus conflitos através da Arbitragem, mormente quando se tratam de litígios oriundos do comércio internacional. Também o Professor Joel Figueira Junior indica os mesmos fatores que são:

a) A possibilidade de escolha do árbitro pelas partes

Na Arbitragem, as partes escolhem, quando da celebração da convenção arbitral, o árbitro ou órgão de arbitragem responsável por decidir a demanda. Tal possibilidade permite que os litigantes escolham um *expert*, ou seja, alguém com conhecimentos técnicos específicos sobre o objeto do litígio.

Outro aspecto inerente à escolha diz respeito à confiabilidade das partes em relação à imparcialidade do árbitro e sua capacidade para dirimir o conflito. As partes jamais escolheriam alguém que não acreditassem ser imparcial e capacitada para julgar.

b) A celeridade na solução do conflito

Entre os fatores que permitem a solução rápida dos litígios, podemos indicar: i) o possível conhecimento técnico do árbitro sobre o objeto da demanda (já que as partes podem escolher o árbitro podendo, portanto, escolher alguém que possua conhecimentos técnicos específicos); ii) a irrecorribilidade das decisões arbitrais e da sentença arbitral (em regra já que as partes podem convencionar de maneira diversa); iii) a possibilidade de

adoção de um procedimento menos formal e mais maleável (de acordo com a vontade das partes na convenção arbitral) que permita uma maior rapidez e simplificação nos atos do processo.

c) O caráter confidencial da Arbitragem

Todos os aspectos do litígio tais como o valor econômico do conflito, as razões e fatos relativos à disputa, as provas produzidas, são do conhecimento exclusivo das partes e do árbitro, inexistindo publicidade dos mesmos. O caráter confidencial é estabelecido pelas partes quando da celebração da convenção arbitral.

Para o Professor José Carlos Magalhães, a confidencialidade do procedimento arbitral acaba propiciando uma atmosfera que permite, muitas vezes, que as partes se conciliem durante o processo.

d) A possibilidade de escolha pelas partes do procedimento e do direito material aplicável

Na Arbitragem, as partes possuem a liberdade de escolher, na convenção arbitral, o conjunto de regras que nortearão o procedimento assim como o direito de fundo sobre o qual o árbitro deverá se basear para proferir sua decisão de mérito sobre o litígio. Ao possibilitar que as partes escolham o direito material aplicável, abre-se a possibilidade de sentenças arbitrais fundamentadas em equidade, em princípios gerais de direito, em usos e costumes e em *lex mercatoria*.

É preciso esclarecer que a liberdade dos litigantes em estabelecer as regras procedimentais e o direito de fundo não pode contrariar, entretanto, o respeito à ordem pública e aos bons costumes do sistema jurídico no qual se realiza a Arbitragem.

No que tange ao procedimento arbitral, as partes possuem a faculdade, inclusive, de criarem as regras procedimentais que entendam justas e que deverão ser aplicadas pelo árbitro, desde que não contrariem os princípios de justiça processual acobertados no conceito de ordem pública de cada sistema jurídico.

Normalmente o procedimento arbitral privilegia o princípio da oralidade visando, dessa forma, à celeridade do processo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao indicarmos algumas vantagens da Arbitragem em relação à jurisdição estatal, não estamos de maneira alguma afirmando que uma forma de solucionar litígios é melhor do que a outra ou que a Arbitragem não possui os seus próprios problemas. Alguns deles são indicados pelos Professores Alain Goulene e Jean Baptiste Racine, tais como: a tendência de tornar o procedimento arbitral cada vez mais complexo, aproximando-o do formalismo empregado na jurisdição estatal; a proliferação dos órgãos de Arbitragem e o aumento de custo e prolongamento do processo que tal escolha implica; a prática de obstrução pelas partes durante o procedimento arbitral.

O que desejamos mostrar é que a Arbitragem deve ser melhor conhecida dos operadores jurídicos e que o instituto apresenta certas vantagens que justificam a sua escolha como forma alternativa de resolução de conflitos.

Já afirmava o Ministro Athos Gusmão Carneiro, ao propor modificações ao antigo juízo arbitral, previsto no Código de Processo Civil que:

Parece oportuna, assim, neste momento em que acertadamente buscamos fórmulas para simplificar, dentro do possível, a administração da Justiça, uma reformulação sistemática do instituto do juízo arbitral, para que tornado simples e expedito, possa merecer geral aceitação.

Tais modificações já ocorreram e frutificaram na Lei nº 9.307/96 que contempla as principais conquistas da Arbitragem no âmbito internacional e que foram introduzidas no sistema jurídico brasileiro com a nova lei.

A Arbitragem não é a solução da chamada *crise do Poder Judiciário* e da identificação dos diversos problemas relativos à solução dos conflitos pela jurisdição estatal. Não podemos afirmar

que a jurisdição privada solucionará melhor os conflitos do que o Poder Judiciário. A Arbitragem é um dos caminhos que o sistema jurídico proporciona para que as partes solucionem determinados tipos de conflitos, restabelecendo-se a paz social. É uma alternativa que, para ser utilizada, precisa ser conhecida pelos operadores do Direito.

Nos ensinamento de Maristela Basso: ... *não basta a oportunidade e conveniência da nova Lei: precisamos retomar o tema da arbitragem através de uma visão realista, prática e dinâmica, onde a realização do homem é a meta, e isso exige, fundamentalmente, a mudança de espírito do operador jurídico.*

A nova Lei de Arbitragem nos possibilita a escolha de uma forma alternativa para solucionar litígios tendo por objeto direitos patrimoniais. Para que isso ocorra, é preciso que todos conheçamos as especificidades do instituto, não tenhamos medo de utilizá-lo, bem como de buscar o seu aprimoramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, Maristela. *Lei Nova Revitaliza a Arbitragem no Brasil como Método Alternativo-Extrajudicial de Solução de Conflitos de Interesse*. Revista dos Tribunais. São Paulo, nº 733, a. 85, p.11-23, nov. 1996.
- CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Jurisdição*. Revista de Processo, São Paulo, nº 58, a. 15, pp. 33-39, abr./jun. 1990.
- _____, *A Arbitragem no Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1993. 166 p.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. *O Juízo Arbitral e a Simplificação do Processo*. Ajuris, Porto Alegre, nº 24, a. IX, pp.51-54, mar. 1982.
- CASELLA, Paulo Borba (Coord.) *Arbitragem - A Nova Lei Brasileira (9.307/96) e a praxe internacional*. São Paulo: LTR, 1996. 389 p.

- CRETELLA JUNIOR, J. *Da Arbitragem seu Conceito Categorical*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 98, a. 25, pp. 127-150, abr./jun. 1988.
- FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. *Manual da Arbitragem*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. 231 p.
- FIUZA, César. *Teoria Geral da Arbitragem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. 230 p.
- GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Fundamentos da Arbitragem do Comércio Internacioanal*. São Paulo: Saraiva, 1993, 149 p.
- MAGALHÃES, José Carlos de, BAPTISTA, Luiz Olavo. *Arbitragem Comercial*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986. 163 p.
- SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. *Mercosul e Arbitragem Internacional Comercial*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 240 p.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *A Arbitragem no Sistema Jurídico Brasileiro*. Revista dos Tribunais, São Paulo, a. 86, v. 735, p. 39-48, jan. 1997.